



**Contrato Número 013/2013**

Contrato administrativo que entre si celebram a **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa **CARL ZEISS DO BRASIL LTDA**, nas condições abaixo:

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS**, criada pela Lei nº. 15.472, de 12 de dezembro de 2005, estabelecida na Rua Dona Maria Joana, Qd. F-14, Lt. Área, nº. 150, Setor Sul, Goiânia neste Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF nº 08.156.102/0001-02, neste ato representada por sua Presidente, Dra. Maria Zaira Turchi, servidora pública federal, casada, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 306147, expedida por SSP/GO e CPF/MF nº. 168.012.881-72, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **CARL ZEISS DO BRASIL LTDA**, com sede na Avenida das Nações Unidas, número 21.711 na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CNPJ/MF nº. 33.131.079/0001-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. Bruno Silva Vale, residente e domiciliado na Avenida das Nações Unidas, número 21.711 na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08.356.044-1, expedida por SECC DETRAN/RJ e CIC/MF nº. 070.694.107-19, tendo em vista a homologação do objeto da dispensa de licitação, consoante Processo nº. 201310267000554, e em observância ao disposto no art. 24, inciso XXI, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores. **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato Administrativo, sob os termos e condições enunciados nas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Aquisição do equipamento descrito na tabela abaixo com garantia de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo I – Termo de Referência, na Proposta da Contrata nº. EST-1253/13

Item	Qtd.	Descrição	Valor (RS)	Garantia (meses)
1	1	Microscópio com polarizador	44.950,00	12 meses

1.2 - De acordo com as especificações técnicas e detalhamentos consignados no Processo nº. 201310267000554, que juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1 - O preço global do presente contrato é de R\$ 44.950,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

3.1 - A contratada quando do recebimento dos equipamentos verificará a conformidade, as especificações, a marca e a sua funcionalidade.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA / ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

4.1 O período de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega do equipamento, contra defeitos de fabricação.

4.2 A CONTRATADA, ou sua credenciada, deverá oferecer manutenção total durante todo o período de garantia nas instalações da CONTRATANTE, situada na **Universidade Federal de Goiás**, exceto nos casos em que, comprovadamente, os mesmos devam ser reparados em laboratório próprio.

4.3 O prazo para atender aos chamados técnicos efetuados pela CONTRATANTE no período da garantia, será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data/hora da sua solicitação.

4.4. O prazo para recuperação do equipamento, nos casos em que o mesmo possa ser realizado na sede da CONTRATANTE, será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data/hora da primeira visita técnica realizada pela CONTRATADA.

4.5 A CONTRATADA fica obrigada, durante o período de garantia do equipamento objeto desta contratação, caso haja necessidade de substituição de componentes que não mais existam no mercado ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais os produza, a proceder a substituição por componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores.

4.6 Todos os componentes destinados à reparação dos equipamentos em manutenção deverão ser novos e originais, com garantia mínima enquanto perdurar a garantia.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetivado através de ordem bancária, e para a sua realização a contratada deverá explicitar por escrito o nome da instituição bancária, número da agência e conta corrente até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente aquele em que ocorrer a apresentação de Nota Fiscal / Fatura, que deverá ser atestada por servidor designado pela FAPEG.

5.2 Caso a empresa opte pelo recebimento do crédito em conta corrente mantida em instituição financeira diversa da Caixa Econômica Federal, será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC, correspondente ao constante da tabela de tarifas e serviços em vigor, sendo a mesma da responsabilidade da empresa vencedora e deduzida do valor do crédito a ser enviado, após apresentação da Nota(s) Fiscal(is) e atesto pela Contratante.



5.3 Para liberação do pagamento, a Administração comprovará a regularidade jurídica e fiscal por meio dos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Regularidade Cadastral - CRC.

5.4 Os preços serão fixos e irrevogáveis.

5.5 Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a contratada fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula.

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento.

**N** = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**Vp** = Valor da parcela em atraso.

**I** = IPCA anual acumulado (índice de preços ao consumidor ampliado do IBGE)/100.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos seguintes recursos orçamentários: 2013.6002.19.571.1108.2206.04 Natureza da Despesa: 4.04.90.20.03, conforme Nota de Empenho nº. 1 – ORD. 00001, emitida em 25/06/2013 no valor de R\$ 44.950,00 (Quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1 - Os preços são irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, não incidindo sobre eles qualquer reajuste e/ou atualização financeira, durante a vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

##### **São obrigações da CONTRATADA:**

- I. Efetuar a entrega do equipamento, de acordo com as especificações técnicas, e dentro do prazo 90 (noventa) dias.
- II. Não transferir a outrem, as responsabilidades assumidas, sem prévia anuência da CONTRATANTE.
- III. Prestar assistência técnica de manutenção do equipamento fornecido, garantindo a confiabilidade do seu funcionamento, durante todo o prazo de garantia, sem qualquer ônus para a FAPEG, nos termos abaixo:
  - a) A CONTRATADA, por meio de manutenção preventiva e corretiva, manterá o equipamento em boas condições de funcionamento, efetuando os necessários ajustes e reparos. A manutenção deverá ser prestada no local em que se encontra instalado o equipamento, obedecendo-se os prazos recomendados pelo fabricante, sendo vedada a subcontratação;



b) Caso se verifique defeitos ou falhas sistemáticas no equipamento entregue pela CONTRATADA, e sejam considerados em desacordo com as especificações técnicas, a FAPEG poderá exigir a substituição, total ou parcial, do referido equipamento.

IV. Manter assistência técnica permanente durante o período de garantia e manterá técnico responsável residente no Brasil.

V. Prestar assistência no horário compreendido entre 8:00 e 12:00 horas e entre 14:00 e 18:00 horas, somente em dias úteis.

VI. Responder, no entanto, a CONTRATADA, na hipótese em que, de algum modo, o seu preposto tenha concorrido para a ocorrência do dano, com culpa exclusiva ou na coautoria.

### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **São obrigações da CONTRATANTE:**

I. Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar o equipamento entregue em desacordo com as especificações apresentadas.

II. Rejeitar, no todo ou em parte, o equipamento entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

III. Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração, bem como qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1 - O descumprimento total ou parcial deste Termo de Contrato ensejará a aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

10.2 – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto licitado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado junto ao CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no item abaixo e das demais cominações legais.

10.3 - A Inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a Contratada, além das cominações legais e editalícias cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, conforme transcritos abaixo:

I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em



firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

- II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado.
- III. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.4 - A multa a que alude o parágrafo anterior não impede que a FAPEG rescinda a contratação unilateralmente e aplique outras sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.5 - Em caso de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Contrato, a Administração poderá, sem prejuízo do disposto no item "10.3", e observada a garantia do contraditório e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções isolada ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis.
- b) Multa, aplicada conforme gradação do item 10.3, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em aceitar o recebimento da Nota de Empenho e assinatura do termo contratual.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme a autoridade fixar e em função da natureza da gravidade da falta cometida.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- e) A inadimplência da Contratada, independente do transcurso do prazo estipulado nas alíneas anteriores, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Administração e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar rescisão unilateral da contratação, com a aplicação das penalidades cabíveis.
- f) Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Administração poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para a contratação do objeto licitado.

10.6 - Para todas as penalidades aqui previstas, será garantida defesa prévia à Contratada que deverá ser apresentada e protocolada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação encaminhada pela Contratante.

10.7- As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa, no prazo acima mencionado.

10.8 - Nenhuma das partes contratadas será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

- a) Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.



10.9 - Findo processo administrativo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum crédito para recebimento em seu favor, para o devido pagamento da multa, não será efetivado nenhum pagamento até que a CONTRATADA comprove a quitação da penalidade aplicada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS IRREGULARIDADES**

11.1 - A fiscalização da execução por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, conforme art. 70, da Lei nº. 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente, de acordo com o inciso I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93, e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, do mesmo diploma legal.

12.2 – Na hipótese da rescisão prevista no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666/93, ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a aplicar as penalidades previstas na Cláusula Décima deste contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

13.1 - O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contatos a partir da assinatura, e seus efeitos jurídicos dar-se-ão a partir da publicação.

13.2 A gestão deste contrato ficará a cargo da servidora Poliana Sousa Brito, CPF nº. 695.776.171-15, designado por meio da Portaria nº. 061/2013, de 27/06/2013.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes CONTRATANTES, na presença das testemunhas abaixo.



**GABINETE DA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À  
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos ..... dias do mês de .....  
do ano de 2013.

.....  
Maria Zaira Turchi  
Presidente

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À  
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS.**

.....  
Bruno Silva Vale  
Contratado

**CARL ZEISS DO BRASIL LTDA.**

Testemunhas:

.....  
Carlos José de Oliveira  
CPF: 377.590.511-15

.....  
Rodolfo Alves dos Santos  
CPF: 045.667.471-31

1. Processo nº	2010001500012	
2. Modalidade de Licitação	Extrato Presencial nº 001/2010-GM	
3. Identificação do Termo	Extrato do Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2010-GM	
4. Objeto Original	Consta o objeto deste ajuste a prorrogação por 12 (doze) meses do contrato original que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos autônomos.	
5. Valor Total	R\$ 904.666,67	
6. Partes	CNPJ	07.261.247/0001-49
	Nome/Razão Social	Gabinete Militar de Governadoria Estadual
	CNPJ	07.181.303/0001-05
7. Vigência Original	Nome/Razão Social	CS PNEUS COMÉRCIO DE AUTO PECAS LTDA
	Tempo	1/11/2013
8. Dotação Orçamentária/Fonte de Recursos	2013.16.01.04.122.4002.4002.03.00 e 2014.16.01.04.122.4002.4002.03.00	
9. Situação à Legislação Vigente	O presente Termo se sujeita ao Edital Licitação e demais legislações vigentes.	

Gabinete Militar, em Goiânia, 23 de janeiro de 2014.

Adailton Florentino do Nascimento - Cel. OPMW  
Secretário-Chefe do Gabinete Militar de Governadoria

### Ceasa-GO

SISTEMA NACIONAL DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA/GO

#### EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO N. 205/2011

PROCESSO nº 201400057000009

PERMITENTE: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS  
S/A - CEASA-GO

PERMISSIONÁRIO: ANTÔNIO MARCOS OLEGARIO DE SOUZA  
OBJETIVO: REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO DE USO NÃO QUALIFICADA Nº 205/11 NA QUAL É PERMITENTE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS E PERMISSIONÁRIO ANTÔNIO MARCOS OLEGARIO DE SOUZA EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO AO ART.49 E 109 DO REGULAMENTO DE MERCADO, TUDO CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO EPIGRAFADO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: REGULAMENTO DE MERCADO, ART. 120 E INCISO, EM SUA REDAÇÃO VINGENTE.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S.A. - CEASA/GO  
DIVISÃO DE OPERAÇÃO E MERCADO ATACADISTA  
EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO NÃO QUALIFICADA,

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições, previstas no Estatuto Social da Ceasa/GO e com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, Termo de Ajustamento de Conduta firmado aos 12 de agosto de 2009, junto ao Ministério Público Estadual e parecer da Superintendência do Controle Interno, torna pública a celebração das Permissões de Uso não Qualificada do GNPC, (Galpão Não Permanente do Pequeno Comerciante), respectivamente: 300 - Adahil da Cunha Silva Neto - CPF: 053.976.441-88, 301 - Maycon Rodrigo Rodrigues - CPF: 023.133.111-80, 305 - Marcelo Pereira da Silva - CPF: 817.488.251-00

### Celg

**CELG** GERAÇÃO E TRANSMISSÃO  
EXTRATO DE CONTRATO - Art. 61 P.U. LEI 8.466/93  
PR-PRGE 038/2013 (Processo: 09.500765-9). SEPNET 201411867000042 Objeto: Serviços de Saúde, assistência médica e congêneres. Contratada: 3ª Consultoria e Assessoria Segurança e Saúde no Trabalho Ltda. Valor: R\$ 17.571,36 (dezasete mil, quinhentos e setenta reais e trinta e seis centavos). Vigência: 12 (doze) meses.

### Saneago

#### Edital de Comunicação

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, torna público que requerem da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAREH), a seguinte Licença Ambiental:

Licença de Instalação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Goiânia-GO;

### GOVERNO DE GOIÁS SECRETARIA DAS CIDADES SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

#### AVISO DE JULGAMENTO

Ref.: PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1882015 - PROCESSO: 8818/2013  
A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento de licitação em modalidade licitação: Torna Pública - resultado do julgamento de licitação em modalidade licitação: Torna Pública - 001) HELIX ELETRÔNICA S/A; 02) IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA; 03) LINCONTROL COMÉRCIO COMERCIAL LTDA; 04) NOB; 05) 12; 06) 03; 07) DOMI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A.; 08) ITEM 04; 09) PENBALAS PARA LABORATÓRIO LTDA; 10) ITEM 05; 11) WINKITS PRODUTOS ALFA S/A; 12) INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS E MÉDICOS LTDA; 13) NOB; 14) ITEM 02; 15) 04 e 04, constante em anexo no estado processo.

Optante, 23 de Janeiro de 2014.  
Eng.º Emerson Rodrigues Duarte  
Presidente

### Fapeg

#### ESTADO DE GOIÁS FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA

##### EXTRATO CONTRATO Nº. 013/2013

Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás  
- FAPEG Contratada: Empresa CARL ZEISS DO BRASIL LTDA.  
Objeto: Aquisição de 01 (um) equipamento Microscópio com polarizador na proposta da contratada nº. EST-1263/13.  
Processo: 201310267000554. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.  
Valor global do Contrato: R\$ 44.950,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais).  
Dotação orçamentária: 2013.8002.19.571.1108.2.206.04 Recurso do Convênio, Fonte 90, Natureza da Despesa: 4.4.90.20.03.  
Forma de Pagamento: Parcela Única. Nota de Empenho nº 00001, de 25/08/2013.  
Vigência: 07/11/2013 a 07/11/2014.  
Signatários do ajuste: Pela Contratante: Maria Zaira Turchi e Pela Contratada: Bruno Silva Vale.

Poliana Sousa Brito  
Gestora de Contratos

##### EXTRATO CONTRATO Nº. 018/2013

Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás  
- FAPEG Contratada: Empresa CARL ZEISS MICROSCOPY.  
Objeto: Aquisição de 01 (um) equipamento de Microscópio Axio Imager 22 para Confocal LSM700, Proforma Invoice n. IND-0738/13, de 03/08/13.  
Processo: 201310267000553. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.  
Valor global do Contrato: R\$ 145.903,27 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e três reais e sete centavos).  
Dotação orçamentária: 2013.8002.19.571.1108.2.206.04 Recurso do Convênio, Fonte 90, Natureza da Despesa: 4.4.90.20.03.  
Forma de Pagamento: Parcela Única. Nota de Empenho nº 00002, de 05/07/2013.  
Vigência: 09/12/2013 a 09/12/2014.  
Signatários do ajuste: Pela Contratante: Maria Zaira Turchi e Pela Contratada: Bruno Silva Vale.

Poliana Sousa Brito  
Gestora de Contratos

##### EXTRATO CONTRATO Nº. 019/2013

Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás  
- FAPEG Contratada: Empresa PERKINELMER HEALTH SCIENCES INC.  
Objeto: Aquisição de 01 (um) equipamento de Conjunto Espectrofotômetro UV-VIS com acessórios na Proforma Invoice nº.20570338.  
Processo: 201310267000476. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.  
Valor global do Contrato: R\$ 173.882,00 (cento e setenta e três mil e oitocentos e sessenta e dois reais).  
Dotação orçamentária: 2013.8002.19.571.1108.2.400.04 Recurso do Convênio, Fonte 90, Natureza da Despesa: 4.4.90.20.03.  
Forma de Pagamento: Parcela Única. Nota de Empenho nº 00002, de 08/07/2013.  
Vigência: 09/12/2013 a 09/12/2014.  
Signatários do ajuste: Pela Contratante: Maria Zaira Turchi e Pela Contratada: Marcelo Fernando Zangrando Carlos.

Poliana Sousa Brito  
Gestora de Contratos

##### EXTRATO CONTRATO Nº. 022/2013

Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás  
- FAPEG Contratada: Empresa BRUKER OPTICS INC.  
Objeto: Aquisição de 01 (um) equipamento Espectrômetro de Infravermelho FT-IR Vertex 70, Proforma Invoice nº. 051313 DD.  
Processo: 201310267000241. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.  
Valor global do Contrato: R\$ 132.329,54 (cento e trinta e dois mil e trezentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).  
Dotação orçamentária: 2013.8002.19.571.1108.2.206.04 Recurso do Convênio, Fonte 90, Natureza da Despesa: 4.4.90.20.03.  
Forma de Pagamento: Parcela Única. Nota de Empenho nº 00006, de 09/07/2013.  
Vigência: 08/12/2013 a 08/12/2014.  
Signatários do ajuste: Pela Contratante: Maria Zaira Turchi e Pela Contratada: Alexandre Bezerra Schefer.

Poliana Sousa Brito  
Gestora de Contratos

### Portarias

#### PORTARIA Nº008/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do artigo 70 do Regulamento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no anexo IV, de Lei nº 13.251/98, alterada pela Lei nº 16.465/09,

#### RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 22 de janeiro de 2013, a Portaria nº 818/2010, a qual designou a servidora WALQUIRIA RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO para responder pelo Controle Interno deste Tribunal.

Art. 2º - DESIGNAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, a servidora LARA CRISTINA DE OLIVAL KOVATUN PEDROZA, para responder Controle Interno deste Tribunal.

#### CUMPRAR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de janeiro de 2014.

Cons. HONOR CRUVINEL DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

#### PORTARIA Nº009/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do artigo 70 do Regulamento Interno e tendo em vista o que consta da Lei nº 13.251/98, alterada pela 17.287/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, MARIA DO CARMO DE JESUS GONTHO, do cargo em comissão de Secretário de Controle Externo da Secretaria de Licitações e Contratos - SLC, constante do Quadro de cargos de Direção e Chefe, deste Tribunal.

Art. 2º - NOMEAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, VINÍCIUS BERNARDES CARVALHO, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Controle Externo da Secretaria de Licitações e Contratos - SLC, constante do Quadro de cargos de Direção e Chefe, deste Tribunal.

#### CUMPRAR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de janeiro de 2014.

Cons. HONOR CRUVINEL DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

#### PORTARIA Nº011/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do artigo 70 do Regulamento Interno e tendo em vista o que consta da Lei nº 13.251/98, alterada pela 17.287/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, IBAMAR TAVARES JÚNIOR, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios, símbolo "C-1", constante do Quadro de Pessoal dos Cargos de Direção e Chefe deste Órgão.

Art. 2º - EXONERAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, ELIAS BATISTA DE CARVALHO, do cargo em comissão de Secretário de Controle Externo da Secretaria de Recursos - SR, constante do Quadro de cargos de Direção e Chefe, deste Tribunal.

Art. 3º - NOMEAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, IBAMAR TAVARES JÚNIOR, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Controle Externo da Secretaria de Recursos - SR, constante do Quadro de cargos de Direção e Chefe, deste Tribunal.

#### CUMPRAR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de janeiro de 2014.

Cons. HONOR CRUVINEL DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

#### PORTARIA Nº012/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do artigo 70 do Regulamento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta da Lei nº 13.251/98, alterada pela Lei nº 17.287/11,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 22 de janeiro de 2014, o servidor MARCELO FONSECA do cargo em comissão de Chefe da Divisão Técnica da Secretaria de Licitações e Contratos - SLC, constante do Quadro de Cargos de Direção e Chefe deste Tribunal.

Art. 2º - NOMEAR, a partir de 22 de janeiro do corrente ano, MARCELO FONSECA, para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios, símbolo "C-1", constante do Quadro de Pessoal dos Cargos de Direção e Chefe deste Órgão.

#### CUMPRAR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de janeiro de 2014.

Cons. HONOR CRUVINEL DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE